



Balanço Patrimonial

HOSPITAL PRÓVISÃO

2017 / 2016

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO
Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



ATIVO	NOTA	2017	2016
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.383.273,21	1.613.134,06
Contas a receber	5	5.975.090,66	19.685.434,09
Estoques	6	163.121,21	521.651,48
Outros valores a receber	7	1.325.349,54	1.074.296,72
Total do ativo circulante		8.846.834,62	22.894.516,35
Não Circulante:			
Realizável a Longo Prazo:			
Depósito judicial		6.434,04	6.434,04
Outros valores a receber	5	7.504.415,35	-
		7.510.849,39	6.434,04
Imobilizado	8	12.766.551,94	12.759.748,86
Intangível		47.645,72	47.645,72
Total do ativo não circulante		20.325.047,05	12.813.828,62
Total do Ativo:		29.171.881,67	35.708.344,97

Valores expressos em reais - As notas expressas são partes integrantes das demonstrações financeiras e estão disponíveis na sede da instituição.

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO
Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



PASSIVO	NOTA	2017	2016
Circulante:			
Fornecedores	9	10.254.867,88	10.735.159,39
Empréstimos e financiamentos	10	4.598.818,50	7.522.681,02
Obrigações tributárias	11	6.507.327,02	5.956.828,08
Obrigações trabalhistas e sociais	12	8.619.028,98	6.539.743,28
Recursos de projetos a serem aplicados	13	2.627.624,81	10.247.927,88
Outras contas a pagar	14	3.340.016,34	2.418.934,33
Total do passivo circulante		35.947.683,53	43.421.273,98
Não Circulante:			
Empréstimos e financiamentos	10	9.567.227,59	7.551.013,15
Obrigações tributárias	11	548.392,64	548.392,64
Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.042.075,76	321.008,01
Provisão para contingências	15	3.599.198,32	2.206.358,38
Outras contas a pagar		110.962,30	111.210,61
Total do passivo não circulante		14.867.856,61	10.737.982,79
Patrimônio Social Descoberto:			
Patrimônio Social	16	(21.643.658,47)	(18.450.911,80)
Total do Patrimônio Social		(21.643.658,47)	(18.450.911,80)
Total do passivo e do patrimônio social:		29.171.881,67	35.708.344,97

Valores expressos em reais - As notas expressas são partes integrantes das demonstrações financeiras e estão disponíveis na sede da instituição.

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO
Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



RECEITA	NOTA	2017	2016
Com prestação de serviços	18	13.787.776,43	25.183.286,37
Com projetos	18	12.479.821,83	16.037.700,92
		26.267.598,26	41.220.987,29
Custos dos serviços prestados	19	(14.101.016,52)	(27.966.780,42)
Resultado Bruto:		12.166.581,74	13.254.206,87
(Despesas) Receitas operacionais:			
Administrativas e gerais	20	(12.960.723,94)	(17.454.731,33)
Ajustes patrimoniais		(7.423,64)	-
Outras despesas/receitas		218.030,74	1.225.204,29
		(12.750.116,84)	(16.229.527,04)
Resultado financeiro líquido:	21	(2.746.986,90)	(1.754.549,39)
Despesas financeiras		(2.824.101,41)	(1.827.049,33)
Receitas financeiras		77.114,51	72.499,94
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(3.330.522,00)	(4.729.869,56)

Valores expressos em reais - As notas expressas são partes integrantes das demonstrações financeiras e estão disponíveis na sede da instituição.

João Hildebrando Rodrigues
Presidente

Paulo Henrique do Amaral
Contador

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO
Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL:

	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	626.760,50	7.908.361,18	(22.256.163,92)	(13.721.042,24)
Déficit do exercício	-	-	(4.729.869,56)	(4.729.869,56)
Transferência para o patrimônio social	(4.729.869,56)	-	4.729.869,56	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(4.103.109,06)	7.908.361,18	(22.256.163,92)	(18.450.911,80)
Déficit do exercício	-	-	(3.330.522,00)	(3.330.522,00)
Ajustes patrimoniais	-	-	137.775,33	137.775,33
Transferência para o patrimônio social	(3.330.522,00)	-	3.330.522,00	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(7.433.631,06)	7.908.361,18	(22.118.388,59)	(21.643.658,47)

Valores expressos em reais - As notas expressas são partes integrantes das demonstrações fi nanceiras e estão disponíveis na sede da instituição.

PARECER DO CONSELHO FISCAL:

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de 2018, às 18h00min, na sede do Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão – PRÓVISÃO, inscrito no CNPJ 51.619.906/0001-20, situado à Avenida Andrômeda, nº 3061, Bosque dos Eucaliptos em São José dos Campos, o Conselho Fiscal reuniu-se em atendimento ao Edital de convocação encaminhado aos conselheiros eletronicamente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Análise e Aprovação do Balço de 2017; 2) Apresentação do Relatório de Gestão de 2017. Os conselheiros presentes parabenizam toda a equipe pela dedicação, empenho e qualidade nos atendimentos prestados a todos os usuários de nossos serviços. Após apresentação e dúvidas sanadas, foi aprovado que a gestão deve procurar receber os direitos a receber, com prazo até 31/07/2018 amigavelmente, inclusive podendo negociar acordo, desde que os valores suportem minimamente as dívidas do referido contrato/convênio, após este período, autoriza possíveis ações judiciais. Nada mais havendo a tratar somos favoráveis à APROVAÇÃO por unanimidade do BALÇO DE 2017 e o RELATÓRIO DE GESTÃO 2017, encerrando a reunião às 21h00min.

BENEDICTO ROBERTO RODRIGUES
CONSELHEIRO

EDUALDO SANTOS BERTTI
CONSELHEIRO

NILZA HELENA KLIEMANN SILVA
CONSELHEIRA

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO

Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria do
Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão
São José dos Campos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Pelo fato de termos sido contratados pela Entidade após 31 de dezembro de 2017, não acompanhamos os inventários físicos dos estoques de 31 de dezembro de 2017.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo

são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contingências cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Entidade e de seus assessores jurídicos. Devido a esse fato e a complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis e trabalhistas, consideramos esse tema com um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como este assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração.

Ênfases:

a) Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresentou patrimônio social negativo no montante de R\$ 21.643.658,47 e capital circulante negativo de R\$ 27.100.848,91. A continuidade das operações está sujeita à redução dos custos operacionais, utilização dos recursos de terceiros e de outras medidas administrativas, que visem estabelecer um equilíbrio financeiro.

b) A Entidade esta em fase de adaptação ao item nº 12 do ITG 2002, em virtude deste fato não foi aplicado nas Demonstrações

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO

Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 a segregação em contas próprias das despesas decorrentes de projetos. Esta interpretação deverá ser aplicado aos balanços iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

c) Pelo fato de termos sido contratados pela Entidade após 31 de dezembro de 2017, realizamos os seguintes procedimentos: Testes substantivos, divididos em testes de transações e procedimentos de revisão analítica em substituição aos testes de observância que visa à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.

Nossa opinião não esta ressalvada em função desses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler estas outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práti-

cas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

CENTRO DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA DA VISÃO - PRÓVISÃO Balços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (em reais)



auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2018.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2

Fabio de Farias Vieira
Contador CRC 1SP 218.852/O-0
Auditor Independente – CNAI 2.452